

Se não jogar, está fora! Práticas, Estratégias e Interesses no Jogo Editorial-científico de Administração

If You Don't Play, You're Out! Practices, Strategies and Interests in The Editorial-Scientific Game of Administration

Kamille Ramos Torres

Universidade Positivo

kamillertorres@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0730-777X>

Fernando Resseti Pinheiro Marques Vianna

Fundação Getúlio Vargas

fvianna2009@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5698-477X>

Francis Kanashiro Meneghetti

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

francis@utfpr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0327-2872>

RESUMO

O campo editorial-científico é um espaço de interação e debate acadêmico constituído por artefatos de difusão do conhecimento. Neste artigo buscou-se compreender o campo brasileiro de Administração como espaço de disputa que se manifestam por meio das relações de poder que envolvem a prática editorial. Foi utilizado como abordagem a teoria de Pierre Bourdieu, em que consideramos o *habitus*, as regras de jogo, a posição do editor, os capitais e as disputas por reconhecimento. Para isso, foram entrevistados onze editores de revistas científicas da área. O *corpus* teórico foi analisado por meio da Análise Temática, construindo, assim, a imagem das experiências dos editores. Compreende-se que os editores jogam o jogo editorial com práticas e estratégias não legitimadas publicamente. Considera-se que as principais finalidades são o reconhecimento pessoal a partir da elevação da revista pelas quais são responsáveis. Foram encontrados aspectos que revelam os jogos de poder e que se conectam com a busca por capital simbólico.

Palavras-chave: Campo acadêmico-científico; Poder Simbólico; Autoridade Científica; Administração.

ABSTRACT

The editorial-scientific field is a space for interaction and academic debate constituted by artifacts for the dissemination of knowledge. In this article, we sought to understand the Brazilian field of Administration as a space of dispute that manifests itself through the power relations that involve editorial practice. Pierre Bourdieu's theory was used as an approach, in which we consider the habitus, the rules of the game, the editor's position, capital and disputes for recognition. For this, eleven editors of scientific journals in the area were interviewed. The theoretical corpus was analyzed using Thematic Analysis, thus building an image of the editors' experiences. It is understood that editors play the editorial game with practices and strategies that are not publicly legitimized. It is considered that the main purposes are personal recognition based on the elevation of the journal for which they are responsible. Aspects were found that reveal power games and that connect with the search for symbolic capital.

Keywords: Academic-scientific Field; Symbolic Power; Scientific Authority; Administration.

Introdução

O campo editorial-científico é um espaço de debate acadêmico, em que há disputas por posições e por poder, caracterizando-se por uma lógica própria de jogo, a qual é a luta pelo monopólio da autoridade científica (Bourdieu, 2004b). Ele é constituído por artefatos de difusão de repertórios linguísticos especializados, como as revistas científicas, que possibilitam o avanço do conhecimento e contribuem para a atribuição de reconhecimento aos pesquisadores. O surgimento das revistas científicas está vinculado ao de diversas áreas e linhas de pesquisa, cursos e disciplinas (Tonelli, 2017; 2018), inclusive, ao avanço da experimentação e da ideia de validação por meio da precisão de métodos científicos (Meadows, 1999; Mueller, 2000).

Ao promoverem reconhecimento, não só aos pesquisadores-autores, mas também à instituição de ensino, aos Programas de Pós-Graduação (PPG's), aos editores, ao conselho editorial, aos avaliadores, as revistas científicas se tornam espaços disputados por pesquisadores. Dito de outro modo, é na relação das revistas científicas com a academia que se manifestam práticas, como o produtivismo acadêmico (Alcadipani, 2011; Rossoni, 2018c) — que se desdobra na coautoria cerimonial (Rossoni, 2018c) e no plágio —, estratégias de participação cerimonial em conselhos editoriais (Rossoni & Guarido-Filho, 2012) e interesses em manobras que elevem os indicadores cientométricos das revistas científicas, como a publicação em inglês (Alcadipani, 2017; Rossoni, 2018a), parceria com editoras comerciais (Pozzobon & Camargo, 2019), a autocitação e as citações cruzadas.

Dito isso, buscou-se compreender o campo editorial-científico brasileiro de Administração como espaço de disputa que se manifestam por meio das relações de poder que envolvem a prática editorial. Em perspectiva pós-estruturalista, o intento está em promover reflexão sobre essas práticas, estratégias e manobras e assim, possibilitar a emancipação frente ao condicionamento e aceitação das estruturas do campo. Como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas com onze editores de revistas científicas da área, as quais foram pesquisadas por meio da Análise Temática.

A reflexão sobre o poder desenvolveu-se nos estudos organizacionais sob diferentes abordagens teóricas, como marxista, weberiana, foucaultniana, entre outros. Assim, esse artigo contribui para o campo de poder nas organizações, pois utiliza-se como abordagem a teoria de Pierre Bourdieu relacionando às noções de campo, capital e *habitus*. Emirbayer e Johnson (2008) e Swartz (2008) apontam que nos estudos organizacionais ainda são raras as pesquisas que relacionam os conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Sendo que o *habitus* é um importante conceito que relaciona a estrutura do campo com a prática dos agentes, sem ele não há sentido na análise (Emirbayer & Johnson, 2008). Assim, reconhecemos que a Teoria do Campo Social permite a análise crítica em relação às práticas dos agentes no campo editorial-científico, todavia, considerando a intenção do agente em relação à sua ação, bem como, o poder simbólico do campo acadêmico.

O presente estudo também contribui ao campo de poder nas organizações, por quatro aspectos: 1) a análise das relações de poder nesse contexto das organizações editoriais, compreendendo, assim, como o poder é exercido pelos editores e sua

relação com os demais agentes; 2) a identificação de influências e interesses das editoras comerciais e demandas dos indexadores na prática do editor; 3) as dinâmicas de contribuição da prática editorial para a legitimação de uma temática ou pesquisador no campo e; 4) pela possibilidade de reflexão sobre as práticas editoriais que podem levar à mudanças na estruturação do campo.

Nesse sentido, este artigo estrutura-se da seguinte forma: primeiro retomamos a ideia bourdieusiana de campo como jogo de poder, para depois compreendermos a gênese do campo editorial-científico e os capitais em disputa. Na etapa empírica apresentamos a visão de onze editores de revistas científicas da área de Administração, que tratam das práticas, estratégias e interesses, bem como as relações de poder em jogo. Nas considerações finais refletimos sobre as contribuições e as possibilidades para emancipação.

O espaço científico como jogo de poder

O campo é um espaço de disputas estruturado por agentes, instituições e capitais, além de se caracterizar por práticas, interesses, valores, características, leis (*nomos*), visões (*doxa*) que promovem sua particularidade (Bourdieu, 1996; Thiry-Cherques, 2006). Equivalente a um jogo de poder, o campo social possui regras de jogo que estão elas próprias postas em jogo (Bourdieu, 2004b). Isto é, tais regras possuem condições de serem inovadas ou modificadas, conforme estratégia dos agentes. Pois, os agentes inseridos em determinado jogo, não são como “peças de xadrez” conduzidos pelas forças do jogo, mas apresentam disposições adquiridas em função da existência de um *habitus* que podem levá-los a se oporem às forças existentes.

O *habitus* é a interiorização e exteriorização das estruturas sociais, formadas não só da trajetória de socialização do agente, mas também da estrutura do campo no qual ele se encontra inserido (Bourdieu, 2007a, Thiry-Cherques, 2006). É, portanto, “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, funcionando como princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações [...]” (Bourdieu, 1996, p. XL). As estruturas objetivas tendem a produzir as disposições subjetivas que produzem práticas estruturadas e, por fim, essas ações produzem as estruturas objetivas. São as disposições que o agente interioriza e exterioriza que estruturam o campo e que definem as regras do jogo.

O campo acadêmico científico, como qualquer outro campo social, “[...] conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução [...]” (Bourdieu, 2004b, p. 34). Ou seja, a apropriação de poder no campo acadêmico-científico possibilita a dominação da política científica — programas de pesquisa, alocação de recursos, condução de procedimentos para a prática científica e editorial, entre outros. A apropriação do poder em jogo possibilita que haja subversão ou conservação das estruturas do campo. É possível mudar posições, práticas e disposições, pois o pesquisador em posição de poder, possui, de certa forma, legitimação dos demais agentes integrantes desse jogo.

É por meio da posse de capital simbólico, isto é, do prestígio, da aceitação ou da posição, que o pesquisador pode ser reconhecido como agente dominante nesse jogo. Para Bourdieu (2004b, p. 26), “o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, e sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo”. O capital pode assumir diferentes formas no campo acadêmico-científico, como a de possibilitar que o agente esteja em um índice de citações, ganhe prêmios (Teixeira, Oliveira, Tavares, Carrieri, & Cappelle, 2012), participe da gestão da produção e divulgação do conhecimento científico em instâncias políticas, como as agências de avaliação e fomento à ciência ou associações científicas. Além disso, existem as revistas que consagram as produções científicas e que podem definir o que de fato é a ciência (Bourdieu, 1983), além de atribuir poder aos agentes que conduzem os processos editoriais (edição, conselho, avaliação).

Nesse sentido, o funcionamento do campo científico pressupõe uma forma diferenciada de interesse, ele tem uma dimensão política, já que “[...] acumular capital é fazer um ‘nome’ conhecido e reconhecido” (Teixeira et al., 2012, p. 186). Existem duas formas de capital científico, as quais são: a) o poder político (capital científico da instituição), que se refere à “ocupação de posições” privilegiadas nas instituições científicas e; b) o poder específico (capital científico puro), que faz referência ao prestígio pessoal recebido pelos pares, ou pela comunidade acadêmica (Bourdieu, 2004b).

Nos estudos organizacionais, a perspectiva relacional da teoria bourdieusiana é ainda pouco explorada, seja no contexto internacional (Emirbayer & Johnson, 2008; Swartz, 2008) ou nacional (Brulon, 2013), principalmente para analisar o campo acadêmico-científico. Além disso, no campo da ciência da Administração, as pesquisas vêm utilizando conceitos de Bourdieu para investigar a experiência e interação entre vida pessoal e profissional de pesquisadores de programas de pós-graduação (Pinheiro, 2013) e as dinâmicas de poder e conflitos da pós-graduação (Bauer & Darbilly, 2020). Nesse sentido, foram exploradas questões como a demanda por produção científica e práticas antiéticas (Pinheiro, 2013) e a forma como o produtivismo pode resultar em posições mais elevadas no campo em detrimento da qualidade dos trabalhos (Bauer & Darbilly, 2020). Assim, observa-se uma lacuna de pesquisas no que tange os estudos que contemplam as relações sociais que envolvem o processo editorial. Para preencher essa lacuna, na próxima seção buscamos apresentar a estrutura do campo editorial-científico perspectiva histórica.

A gênese do campo editorial-científico

O encontro de pesquisadores para o debate científico e compartilhamento de resultados de pesquisas científicas antecede a formação das sociedades científicas. Isso porque, em 1660, os “filósofos naturais” se reuniam em “colégios invisíveis” para debater questões relacionadas ao conhecimento científico (Mueller, 2000). O termo “colégios invisíveis” foi cunhado pelo físico-químico Robert Boyle e remete à reunião de pesquisadores que tinham em comum o mesmo objeto de pesquisa,

trabalhavam juntos, mas nem sempre estavam próximos. Com o avanço de pesquisas experimentais, em 1663, foi criado o *Royal Society of London* no Reino Unido, uma sociedade científica cujo objetivo era difundir o conhecimento científico. Além disso, com o compartilhamento, os julgamentos e as contribuições que ocorriam por correspondências (Meadows, 1999), deu-se início à prática de avaliação por pares.

No século XV, a comunicação científica se ampliou e se consolidou com o surgimento da imprensa na Europa. Pois, foi assim que ocorreu o surgimento de disciplinas, universidades, associações científicas e revistas. A emergência dos periódicos científicos no século XVII estava relacionada à ocorrência de mudanças nas correntes de pensamentos que estruturavam o campo acadêmico-científico (Meadows, 1999; Mueller, 2000). É aqui que a experimentação, as hipóteses, a ideia de validade de pesquisa por método científico, entre outros, passaram a fundamentar o conhecimento científico.

O surgimento das revistas científicas ocorreu por interesse na ampliação de capital cultural e de capital econômico que eram mobilizados (Meadows, 1999; Rossoni & Guarido-Filho, 2012). Elas ocuparam posição central, servindo de *lócus* de publicação das pesquisas realizadas pelos “colégios invisíveis” (ou Academia de Mersenne, no caso da França) no estabelecimento das ciências modernas ou do conhecimento natural (Meadows, 1999). Por isso mesmo que, em 1665, a *Royal Society* lança o periódico *Philosophical Transactions*, que precedeu o surgimento das revistas científicas.

As sociedades científicas eram formadas por agentes com posse de capital econômico, ou seja, de classes sociais dominantes, assim, mesmo com a venda de assinatura das revistas, não havia expectativa de lucro (Fyfe, Coate, Curry, Lawson, Moxham, & Rostvik, 2017; Fyfe, 2015). Lord Rayleigh, secretário da *Royal Society*, chegou a afirmar no mês de junho de 1895, em memorando ao Tesouro, sobre os custos de manutenção da *Philosophical Transactions*: “as revistas científicas neste país [...] são realizadas com grande dificuldade e, em alguns casos, pela iniciativa privada, e com prejuízo” (Fyfe, 2015, p. 278). Entretanto, outras revistas que surgiram nesse período, apresentavam-se comercialmente lucrativas, devido à receita com publicidade (Fyfe, 2015). As das sociedades científicas dedicavam-se apenas à publicação de pesquisas, demonstrando na época seu real interesse na ampliação de alcance do conhecimento científico produzido.

Entre a década de 1700 e a década de 1800, o prestígio acadêmico era atribuído através da vinculação com as sociedades científicas e pela referência dos cientistas com a hierarquia social e o gênero, por isso eles eram denominados de *The Gentlemen of Science* (Fyfe et al., 2017; Oppenheimer, 1983). A partir da década de 1830, houve uma mudança, as publicações científicas tornaram-se referência para nomeação nas universidades (Fyfe et al., 2017; Grančay, Vveinhardt & Šumilo, 2017). Assim, em pouco tempo, os periódicos científicos estabeleceram-se como centrais no campo acadêmico-científico, atuando na instituição das ciências modernas (Meadows, 1999) e se constituindo como artefatos de disputas.

Nesse período, as editoras não se interessavam pelas revistas devido ao baixo potencial de lucro. Apesar da existência de editoras comerciais de menor porte

e, geralmente, familiares, as grandes editoras comerciais passaram a dominar o mercado a partir do século XX (Hagner, 2018). Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o ensino superior se expandiu na criação de instituições de ensino e, assim, o conhecimento científico passou a ter um crescimento mais acelerado (Fyfe et al., 2017; Meadows, 1999; Walker, 1997).

Com a ampliação e emergência do periódico científico foram estabelecidas organizações para resumo e indexação das pesquisas publicadas. Foi assim que no ano de 1955, Eugene Garfield, considerado o pai da bibliometria e cientometria, percebeu que acompanhar o número elevado de revistas existentes havia se dificultado, inclusive, para os bibliotecários, que tinham que selecionar publicações científicas relevantes para as bibliotecas universitárias. Foram, então, criados o *Institute for Scientific Information* (ISI), o *Science Citation Index* (SCI) e o *Journal Citation Reports* (JCR), como ferramentas que propiciariam a disseminação e a busca da publicação científica (Garfield, 1955). Foi o início da industrialização do campo, pela criação da lógica de produção e pelas métricas utilizadas para cálculo de desempenho científico. Segundo Mueller (2006), a revista que está indexada se posiciona no topo da hierarquia estabelecida pelo campo.

Nesse contexto, a submissão de pesquisas em revistas científicas disparou, ocasionando a escassez de espaço para publicação de pesquisas científicas (Fyfe et al., 2017; Walker, 1997). Além disso, agências financiaram pesquisas que não seriam, então, publicadas em tempo, o que se tornou um problema (Walker, 1997). Foi assim, que em 1961, foi aprovado um pagamento por meio de agências federais, para editores sem fins lucrativos. As próprias sociedades científicas aproveitaram esse pagamento para aumentar o seu espaço de publicação, todavia insuficiente. Dessa maneira, as editoras comerciais passaram a oferecer o espaço para publicação. O proprietário de mídia, o britânico Robert Maxwell, aproveitou essa expansão para comprar a *Pergamon Press*, percebendo que o “mercado da comunicação científica” era promissor, e que poderia conceder a ele lucro (Hagner, 2018). Maxwell formou um sistema com pesquisadores e passou a agir como grandes empresas comerciais, tratando os artigos como uma espécie de mercadoria e aumentando consideravelmente seu lucro. As bibliotecas universitárias arcavam, dessa forma, com os custos da manutenção de suas revistas junto às editoras, que estavam cada vez mais em crescimento (Mueller, 2006; Walker, 1996).

Entretanto, ainda na década de 1980, estourou a conhecida “crise dos periódicos” em decorrência da impossibilidade de que as bibliotecas universitárias continuassem arcando com o alto custo das editoras comerciais (Mueller, 2006). De acordo com Walker (1996), em 1980 pouco mais da metade dessas bibliotecas universitárias pagavam às editoras comerciais. No início dos anos 1990, com o acesso à pesquisa cada vez mais caro, pesquisadores acharam essencial que se criasse um sistema eletrônico para os periódicos, o que reduziria esse custo (Walker, 1997). Isso ocorreu ao mesmo tempo em que as tecnologias de informação mudavam.

Com o surgimento da internet, a esperança de alguns pesquisadores era de que a soma da disponibilização de pesquisas de forma gratuita por outros pesquisadores com a disseminação por via eletrônica resultaria em um maior desenvolvimento científico, o que não ocorreu (Mueller, 2006). Como os pagamentos para acesso

às publicações eram predominantes na gestão dos periódicos, buscou-se o acesso livre às publicações por meio de um movimento denominado “cultura livre”, o oposto daquilo que as empresas que dominavam esse mercado buscavam. Junto a esse movimento, ganha voz a luta intitulada de *Open Access* atribuído a *Budapest Open Access Initiative* (2002), que defende o acesso livre ao artigo. O *Open Access* (<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>) possibilitaria a obtenção de capital cultural pelo leitor, com a maior facilidade em se acessar as publicações científicas, e de capital simbólico ao autor, que poderia ter o reconhecimento do campo a partir da maior visualização de seu trabalho.

Para Harnad e outros (2008), o custo cada vez mais alto para o acesso aos periódicos impossibilitava o acesso de usuários às pesquisas, prejudicando o seu impacto. Sendo que o impacto é importante para crescimento, em alguns países, dos pesquisadores em suas carreiras, auxiliando em seus salários, progresso, financiamento e prestígio (Harnad et al., 2008). Dessa forma, vê-se que o Movimento de Acesso Livre da Ciência teve não só uma real importância para o progresso da ciência, mas também para a possibilidade de reconhecimento ao pesquisador. Entretanto, ainda que o movimento tenha causado um impacto não tão positivo no modelo de negócio das editoras comerciais, elas conseguiram transformar o prejuízo em lucro ao fazer adaptações que não retirasse a lógica capitalista do jogo. As editoras comerciais são empresas poderosas, financeira e politicamente, pois elas controlam o sistema de comunicação científica (Mueller, 2006). “Além disso, as editoras mais conceituadas ainda derivam poder justamente desse prestígio que lhes é atribuído pela comunidade” (Mueller, 2006, p. 34).

Com essa visão histórica foi possível compreendermos que as revistas científicas, criadas com a pretensão de avanço e disseminação do conhecimento científico, são atualmente tidas como instrumentos que possibilitam ascensão no campo, bem como, a reafirmação e a legitimação do poder dominante, que, com base no levantamento bibliográfico, trata-se do poder das editoras e indexadores comerciais.

O campo editorial-científico brasileiro

No século XIX, as revistas científicas chegaram ao Brasil. Isso ocorreu, em 1808, quando a corte portuguesa permitiu a existência de imprensa no Brasil (Freitas, 2006). Com isso, a comunicação científica passou a ser divulgada em jornais cotidianos, como no primeiro periódico impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (Freitas, 2006). Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivenciou avanços tecnológicos e científicos que ocasionaram mudanças no campo acadêmico-científico. Assim, foram criadas as instituições de ensino, as associações de pesquisas, as agências de avaliação e fomento, entre outros.

Em 1949, foi criado um projeto de lei que resultou, em 1951, na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo um órgão governamental que tem por objetivo promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país; conceder financiamento a pesquisadores por meio de bolsas a projetos de pesquisas e a pesquisadores que se destacam no campo (Bolsa Produtividade Científica), ou seja, que já possuem capital científico acumulado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é outra importante agência de fomento à ciência e à tecnologia do Brasil. Ela foi criada em 1951, pelo Decreto nº 29.741, como órgão de apoio a promoção à capacitação pessoal de nível superior. A partir dos anos de 1960, a política brasileira passou a requerer a formação de recursos humanos para o trabalho nas indústrias e, por isso, a Capes foi de essencial importância para o desenvolvimento esperado. Em 1987, criou-se o Qualis, como sistema de avaliação da produção intelectual do corpo docente e discente, por indicadores que atestariam a qualidade dos PPG's.

Além disso, a Capes e o CNPq financiam as revistas científicas. O objetivo do financiamento é o de incentivar o trabalho editorial e a qualificação dentro dos padrões estabelecidos. Cabe citar que as fundações de amparo à pesquisa (FAPEMIG, FAPESP, FAPERJ, entre outras) também fornecem auxílio financeiro, por editais, para as revistas científicas. Em 2008, o sistema de avaliação, que apresentava algumas falhas, foi reestruturado. Foi assim que a classificação passou a ser dividida em oito estratos, os quais são: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (classificação considerada nesta pesquisa). Sendo o estrato A1 o mais elevado, e o C o que tem peso zero. Nessa avaliação considera-se a apresentação dos dados editoriais, a indexação em bases de dados nacionais e internacionais, o fator de impacto (FI), a parceria com editoras comerciais, entre outros aspectos (<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017Administracaoquadrienal.pdf>). Mueller (2006) atesta que o sistema de avaliação que se baseia em indicadores, como a quantidade de publicação, o impacto e a visibilidade internacional, é o que mantém a posição de prestígio dos cientistas e dos periódicos.

Diferente de outros países, como os EUA, a maioria das revistas científicas no Brasil tem sua gestão e manutenção realizada por Instituições de Ensino e Pesquisa. Nesse sentido, o prestígio da revista pode ter relação com o prestígio que a instituição possui no campo (Rossoni, 2018b). No Brasil, entretanto, os valores comerciais também estão em jogo, principalmente com a entrada da parceria com as editoras privadas e comerciais (Pozzobon & Camargo, 2019) e com bases de dados comerciais.

O argumento do campo acadêmico-científico em prol dos indexadores é que eles proporcionam visibilidade para as revistas, as quais precisam ser sustentadas para possuírem reconhecimento no campo. Os indexadores mais importantes no campo internacional são *Scopus* e *Web of Science*. Já no Brasil, o indexador *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) é importante, sendo a primeira base que possibilitou o acesso aberto aos artigos. Relativamente aos indicadores cientométricos, podemos citar o *Journal Citation Reports* (JCR) da Clarivate e o *Scientific Journal Ranking* (SJR) da CiteScore/Scopus-Elsevier. Outras bases de dados foram definidas pela Capes em áreas específicas, como o *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

O prestígio atribuído pelo campo às revistas indexadas pode influenciar os editores a aumentar artificialmente o fator de impacto, solicitando a autocitação (Dong, Loh & Mondry, 2005). Os editores também podem utilizar como estratégia para aumentar o FI, a publicação em inglês, o que possibilitaria a parceria com

editoras comerciais e a indexação em bases de dados comerciais e internacionais e, dessa forma, investir na suposta maior visibilidade no âmbito internacional.

Ao perceber essas possibilidades como formas corretas de internacionalizar as revistas científicas brasileiras, o editor pode estar sendo movido por um “poder de indução”, pois, dificilmente, a revista brasileira seria reconhecida em indexador ou editora internacional (Alcadipani, 2017; Rossoni, 2018a). Ao optar por tais estratégias com o intento de internacionalizar, o editor demonstra interesse no monopólio de capital, que pode definir a sua posição (ou da revista) no espaço do jogo (Goulart & Carvalho, 2008). Entretanto, os indicadores apontam que a revista brasileira é mais vista no âmbito nacional e, dessa forma, a busca por visibilidade no campo acadêmico-científico através da internacionalização pode levar a revista a uma posição periférica (Rossoni, 2018a).

No que se refere às editoras comerciais, elas possuem prestígio por reunir as melhores revistas das diversas áreas, no entanto, não são responsáveis por sua qualidade (Rossoni, 2018a). Nesse sentido, é perceptível que as disputas no campo editorial-científico sempre foram intensas e centradas no argumento que era preciso maior visibilidade ou reconhecimento.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é parte de uma pesquisa maior com 78 revistas científicas da área de Administração, indexadas no Spell. A etapa empírica se deu por meio de entrevista semiestruturada com onze editores de revistas científicas da área de Administração (conforme segue na Tabela 1).

Tabela 1 - Características dos entrevistados

	Número de participantes
Sexo	
Feminino	3
Masculino	8
Qualis da revista	
A2	2
B1	4
B2	2
B3	3
Instituição de Ensino que atua	
Privada	9
Pública	2
É editor em mais de uma revista?	
Sim	3
Não	8
Área de Formação	
Administração	5

Economia	3
Outras	3

Fonte: Autoria própria.

O desenvolver da entrevista ocorreu a partir do convite realizado por e-mail, para 48 editores. Esse ocorreu em dois momentos e foi encerrado após a saturação dos dados. As entrevistas se desenvolveram dentro do período de 9 de setembro de 2019 a 1 de novembro de 2019, sendo que dez foram realizadas em formato online, através do Skype, e uma em formato presencial, em evento da área, totalizando em 6h54m de gravação e 111 páginas de transcrição. A entrevista foi utilizada e formulada levando em conta a configuração do campo editorial-científico em Administração, as relações de poder e a prática editorial. Para Bourdieu (2008), é importante que o entrevistador tenha a prática do campo a ser pesquisado, já que assim as distorções podem ser corrigidas com maior facilidade. O conhecimento em relação aos entrevistados é essencial para que a linguagem seja melhor compreendida em uma entrevista (Bourdieu, 2008), já que ter as disposições do campo faz o agente apto a classificar as práticas de outros agentes (Bourdieu, 2004a). Assim, cabe destacar que a autora dessa pesquisa foi editora-chefe de revista científica de Administração.

Na análise das entrevistas foi realizada a identificação de temáticas. O uso da Análise Temática decorre da ideia de que ele é um procedimento independente da epistemologia ou teoria, conforme afirmam Braun e Clarke (2006). De acordo com Aronson (1994), a Análise Temática foca em temas e padrões observados nas entrevistas. O primeiro passo, então, é coletar os dados e após a transcrição são identificados alguns padrões que podem ser listados tanto através de citações diretas, como pode ser parafraseado, explica o autor. Braun e Clarke (2006) apontam que tudo que é identificado, codificado e analisado precisa ser reflexo de todo conteúdo dos dados coletados, diferenciando-a, assim, da análise de conteúdo. Desse modo, a “análise temática fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que potencialmente resulta em um relato rico e detalhado, mas complexo de dados” (Braun & Clarke, 2006, p. 5). Os temas reunidos formam uma “imagem abrangente” das experiências que ocorrem com os indivíduos (Aronson, 1995), ou nesse caso, com os agentes no campo possibilitando que se compreenda sua estrutura.

Apresentação e análise dos resultados

Nessa sessão é apresentada a análise das entrevistas a partir dos seguintes temas: o *habitus*, as regras de jogo, a posição do editor, os capitais e as disputas por reconhecimento.

O *habitus*, as regras do jogo e a prática editorial

Seguindo a perspectiva teórica de Bourdieu, a Capes tem poder político no campo científico, sendo capaz de modificar as regras do jogo. Além disso, a mensuração quantitativa da qualidade dos PPG's pode induzir ao produtivismo acadêmico (Bauer & Darbilly, 2020; Teixeira et al., 2013). O editor de revista B1, entrevistado 4, critica

o sistema Capes, em suas palavras: “[...] o sistema de avaliação da Capes que incentiva a proliferação de revistas. É... é muito fácil publicar no Brasil [...] fazendo pontos Capes”. A entrevistada 10, editora de revista A2, contribui dizendo: “[...] a Capes, de certa forma, valoriza a ter revista nos programas, né, então, isso que acaba fazendo, meio que obrigando as... os programas a terem revista [...]”. Tais críticas demonstram o poder simbólico da Capes junto às universidades, ou seja, a estrutura do campo atua com uma espécie de força sobre determinadas práticas, transformando tais práticas em *habitus*. Como *habitus*, a criação ou a adoção de revistas científicas pelos PPG’s pressupõem tanto o incentivo ao debate acadêmico especializado, como a ocupação de posições distintas no campo.

A pesquisa realizada por Rossoni e Guarido Filho (2012) revela que a avaliação do *Qualis* pode ter como influência os interesses políticos dos conselheiros envolvidos. Alguns dos editores entrevistados consideram que a avaliação da Capes possui aspectos políticos. O entrevistado 11, editor de revista B3: “[...] Eu sei que tem algumas tomadas de decisões que são pra elevar ou diminuir periódicos que vão totalmente contra os novos critérios, por conta de uma jogada política”. Outros editores também percebem alguns problemas em relação à avaliação da Capes. O entrevistado 9, editor de revista A2, declara o seguinte: “Olha, em relação à minha revista eu acho que... que elas estão sendo justas, mas eu acho que hã... se eu for analisar outras revistas, eu acho que ou [...] elas são super avaliadas ou [...] sub avaliadas, né [...]”.

Ainda em relação ao poder político, a fala do entrevistado 6, editor da revista B3, revela que o contato através do PPG, pode, de certa forma, influenciar a avaliação das revistas científicas: “[...] a gente tem outras portas com a [...] Capes e essas coisas acabam fazendo efeito. Quer dizer [...] gente tem um programa grande, então, acaba que essas coisas, obviamente, são com setores diferentes da Capes, mas essas coisas reverberam, né”. Sobre esses aspectos, a entrevistada 7, editora da revista B2, chama atenção para a falta de transparência com os critérios de avaliação, em suas palavras: “[...] o que eu sinto é essa falta de clareza no... em quais eles [critérios de avaliação] são, né, e também... essa diferenciação, mas eu acho que um pouco também é... é a política entre as universidades”. Todavia, os entrevistados 5 e 11, ambos editores de revista classificada como B3, afirmam que a Capes, através do *Qualis*, é a que estabelece as regras do jogo.

Olha, eu percebo que a influência delas é, basicamente, através do *Qualis*, né, quais são os critérios? [...] É claro, que eles ajudam um pouco na medida em que publicam diretrizes é... pautam também, né, através dessas diretrizes as ações das revistas, os encontros de editores, os congressos são interessantes, mas acho que é relativamente pequena a influência dos órgãos. É... é... é grande por causa desse *Qualis*, mas, não é constante. É impessoal... é impessoal. Talvez os editores de revista que tem maior visibilidade e prestígio e acesso, haja uma relação mais pessoal. A relação, pra mim, é uma relação bem impessoal (Entrevistado 5).

[...] é um sistema de produtivismo acadêmico, se você não joga as regras do jogo você acaba perdendo. Então, quando à Capes, por exemplo, vai determinar quais são as características *Qualis* A1, você vai ficar... vai trabalhar, vai determinar todas as suas ações pra alcançar aqueles requisitos

do Qualis A1, então, ele acaba sendo uma... uma régua e um parâmetro das atividades do editor. Se ele quiser continuar recebendo artigos, se ele quiser continuando que os artigos sejam citados, e por aí vai. Então, sim, com certeza determina as ações do... do editor (Entrevistado 11).

Percebe-se, diante das falas dos editores que existe uma manifestação do poder simbólico da agência. Esse poder age como poder físico, exercendo força sem que se perceba (Bourdieu, 2000). No entanto, a agência também manifesta, por meio de conselheiros que são pesquisadores inseridos no campo acadêmico-científico, o interesse político. A avaliação pressupondo interesse político, pode caracterizar que a gestão dessas agências privilegia determinados periódicos com determinadas práticas, em detrimento de outros.

Em relação aos indexadores, na avaliação quadrienal (2013-2016) feita pela Capes para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é requerido estar nas bases: *Redalyc*, *SciELO*, *Scopus*. No entanto, nem todas as revistas científicas se encontram inseridas em todos os indexadores, por causa dos critérios e custos envolvidos. Alguns dos editores entrevistados, no entanto, afirmam que são os indexadores que conduzem o jogo. Para o entrevistado 3, editor de revista B1: “Eu acho, em algum grau uma necessidade de cumprir o que eles pedem, tá. Então, muitas vezes quem dá o ritmo, quem dá o tom do trabalho é... são os indexadores, é seguir as normas dos indexadores [...]”. Em consonância, o entrevistado 5 explica:

É... e nesse sentido eles influenciam, por exemplo, número de artigos hã... até formato, por exemplo, em [...] quantos idiomas você vai publicar o abstract. O abstract se é estruturado ou não é estruturado, é... então, esses indexadores têm esse... tem uma influência forte. Bom, acho que é essa é a influência que eles têm, eles pautam o Qualis, eles influenciam a sua visibilidade, então, você quer estar indexado, e ter ampliado, né, indexadores e aí você olha bastante para o que eles querem.

A indexação demonstra que a estratégia do editor é de crescimento no campo, caracterizando-se como conduta racional, nos termos de Bourdieu (1996). Ou seja, é uma prática que passa a ter coerência devido à dinâmica do campo. Assim, com a normatização das bases de dados existe consenso de que a indexação é necessária. O editor que se submete a ela tem a intenção de manter a posição dominante no campo, reforçando o valor dos capitais atribuídos a ele.

Em relação aos indicadores cientométricos, principalmente, das bases de dados comerciais e internacionais, o entrevistado 9, editor de periódico A2, comenta que: “Na verdade eu não presto atenção em muitos deles, eu só presto atenção no Web of Science, no Scopus [...], eu me baseio mesmo no fator de impacto e no índice h, algumas outras medidas com grau de internacionalização [...]”. Essa importância, quando extremada, pode levar os editores a manipularem os índices.

Para o entrevistado 4, editor de revista B1, “[...] ficar mirando muito esses índices de impacto, você acaba tentando fazer o jogo, né, onde você... vai tentar manipular o índice, enfim, fazer esse jogo acho que eticamente é furado, não tenho intenção em fazer isso, então, eu, basicamente, ignoro, nem olho [...]”. O “fazer o

jogo” na fala do entrevistado 4 refere-se a direcionar o jogo por meio de manobras ou estratégias. O entrevistado 11 e editor de periódico B3 também afirma não dar muito valor aos indicadores e explica que há editores que usam essas manobras.

[...] Eu sei, por exemplo, [...] de ter editores que exigem que... editores tá? Não tô falando de avaliadores... editores que exigem que as submissões tenham no mínimo um artigo do periódico... é citado nas referências. O editor exige, exige isso do autor. Por quê? Porque daí isso daí faz aumentar o fator de impacto dele. É uma atitude antiética, né, e de manipulação. Então, alguns editores trabalham nesse nível, né, com essas métricas.

Essa indução de citações por parte dos editores a que o entrevistado 8 se refere, está ligada ao cumprimento das normas técnicas da Capes. Percebe-se, então, a solicitação de autocitação como um investimento que o editor faz no campo, mesmo tratando-se de uma prática duvidosa. Além disso, quando a revista cobre uma área específica ou quando é uma revista recente é comum que a taxa de autocitação seja um pouco elevada, mas em relação às revistas mais generalistas é visível a influência do editor para que a revista seja citada pelos autores que nela publicam. Em relação às revistas com maior tempo no campo, a autocitação pode ser tanto por influência direta, como por influência simbólica, devido ao prestígio da revista no campo.

Ambos os entrevistados percebem que se trata da tentativa de elevar o FI, que é um indicador da visibilidade do periódico. Essa manipulação não está ligada apenas ao aumento do reconhecimento no campo, por meio da elevação na classificação *Qualis Capes*, mas também ao aceite das bases de dados em indexar o periódico. Além disso, os autores costumam dar maior importância aos periódicos que estão em posição hierarquicamente superior (Mueller, 2006).

Seguindo Bourdieu, foi possível observar que os editores-pesquisadores fazem parte de um jogo de poder em que há lutas e interesses diversos. Para conquistar novas posições, os agentes usam algumas estratégias com a intenção de modificar as estruturas do campo em que estão inseridos. Entre as falas dos participantes da pesquisa percebe-se muitas vezes a disputa por uma troca de posição do periódico no campo, tornando-o mais distinto perante os concorrentes. Na fala dos editores observa-se, também, uma espécie de esquecimento de que estão de fato jogando um jogo, aparentando estarem alheios a isso. Nesse sentido, o entrevistado 1 naturaliza uma prática na busca por maior número de citações, afirmando:

[...] Então lógico que eu não sou bobo, né... chega um artigo... uma professora que publica muito na área de foco organizacional... se a gente olhar lá no Spell ela é muito citada, vários downloads e tudo mais... ou seja, ela já é uma referência na área. Um artigo dela chegou pra ser avaliado, foi avaliado... pulei na avaliação... foi avaliado, e aí vamos dizer que eu tenha 14 artigos e ela é o 14º em termos cronológicos de avaliação, se eu sei que ela está sendo referenciada, eu passo ela para número 1 pra publicação... eu quero aumentar o número de citações na minha revista... então a gente trabalha toda essa lógica, isso aí não tem como a gente escapar, a gente precisa sobreviver também... mas aí eu não atropelo nada ético... eu simplesmente tô atendendo o interesse da revista, todos os artigos serão publicados, não deixarão de ser publicados.

Verifica-se que o entrevistado 1 busca o reconhecimento do seu periódico, por meio do aceite de artigos que contam com agentes em posições dominantes na sua área de atuação e que, por isso, acumulam capital científico. É possível afirmar que o editor atribui a essa prática uma possibilidade da revista alcançar maior índice de citações, repassando o prestígio do pesquisador para o periódico. Além disso, percebe-se que essa submissão do editor às normas é simbólica, assemelhando-se aos relatos de pesquisadores sobre a exigência da Capes por produção e publicação de artigos, o que desencadeia o produtivismo acadêmico. A pressa em, portanto, publicar está ligada à luta por ter o nome conhecido e reconhecido ao produzir sobre um determinado tema, método ou resultado de forma inédita, isto é, antes que outro pesquisador possa publicar, ganhando para si todo o mérito (Bourdieu, 2004b).

O entrevistado 8, ainda, cita outras práticas que considera antiéticas entre os editores:

Editores que trocam artigos entre si, por exemplo, eu sou editor de uma revista, eu facilito a sua vida pra publicar na minha revista e você facilita a minha pra publicar na sua. Então, muitos editores usam de favores pra produzir, porque a gente é cobrado pra produzir, isso é antiético.

No âmbito geral, as entrevistas revelam que o interesse pessoal em ser reconhecido torna o editor inclinado à disputa por meio de práticas, muitas vezes, não aceitas pela totalidade de agentes inseridos no jogo. Para Bourdieu (2004a), a posição que o agente ocupa no jogo contribui para o seu modo de agir, já que seu interesse tem ligação com as estratégias e as manobras utilizadas. Dessa forma, é possível afirmar que, ao se encontrar em uma posição inferior, o pesquisador tende agir para destruir as estruturas do campo, legitimar suas práticas e, assim, elevar o valor dos capitais que tem posse.

Os indicadores de impacto e os indexadores atribuem prestígio aos periódicos e aos pesquisadores e podem alterar a estrutura do campo acadêmico-científico, pois são considerados pelo *Qualis*. As revistas estão em constante disputa pela distinção no campo, pela posse de capital específico do campo e, por isso, buscam se inserir nessas bases de dados. Nos diversos espaços de jogos existem esses tipos específicos de capital que são instrumentos de disputa pelos agentes e instituições que o estruturam, pois quem o detém tem poder no campo (Bourdieu, 1986). No campo editorial-científico, o FI pode ser considerado um capital específico.

Na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, a Capes avalia como positivo que a gestão do periódico seja feita por uma das seguintes editoras: *Sage, Elsevier, Emerald, Springer, Interscience, Pergamo, Wiley e Routledge*. O entrevistado 8, editor de revista B1, apresenta sua visão sobre a parceria com editoras comerciais:

Existe um capital simbólico muito forte na SAGE, na Wiley, mas o que eles fazem de fato para melhorar um artigo? Nada! Então, você pega lá a Administrative Science Quarterly que é um periódico internacional que eu mais gosto, é editado pela SAGE. O que a SAGE faz pra ASQ ser melhor? Absolutamente nada! Nada! Se fosse a Emerald, se fosse qualquer editora tupiniquim, chinesa, não importa, o trabalho de deixar, de disseminar, de

deixar aberto é nulo. Pelo contrário, isso só atrapalha, você tem que pagar pra ter acesso [...].

Em um contraponto, o entrevistado 9, editor de revista A2, revela que as editoras comerciais contribuem com a comunicação científica. Nas palavras do editor:

[...] não faço coro à crítica que existe em relação a elas. Se não fossem as editoras comerciais, seguramente a gente não teria a ciência que a gente tem hoje, né, quer dizer, no passado, principalmente, né... vamos olhar bem pro passado mesmo em que as coisas eram impressas, se não houvesse alguém pagando pra imprimir, quem é que imprimiria de graça pra distribuir pra sociedade? Absolutamente ninguém.

O entrevistado 9 fundamenta seus argumentos na contribuição histórica das editoras comerciais no desenvolvimento científico. No entanto, as editoras comerciais surgiram no campo, em condições que revelam claramente a luta pelo monopólio do capital, nesse caso, do capital simbólico, intelectual e econômico.

No que se refere a uma das estratégias para internacionalizar a produção científica, a entrevistada 2 e editora de revista classificada com *Qualis* B1 esclarece a sua visão sobre o assunto:

Ah... primeiro que eu acho que se a gente torna uma revista exclusivamente em inglês a gente tá desvalorizando demais o nosso país, a nossa língua e eu não aceito isso. Enquanto eu estiver como editora da revista, jamais que eu vou permitir que isso aconteça, até porque os leitores da nossa revista leem como muita dificuldade o inglês, os avaliadores as vezes demoram mais tempo, tem mais dificuldade para avaliar um artigo em inglês, ah... então o que eu fiz?... é muito importante o nosso... a nossa produção científica brasileira tenha... comece a ter uma visibilidade, então qual a estratégia que eu montei? Ah... a minha revista, ela é B1, tá? Eu aceito os artigos em português, faço toda a avaliação em português, deixo o artigo preparado em português, depois eu peço uma... um artigo em inglês de responsabilidade dos autores [...]. Então, dessa forma, eu acredito que a gente começa a ter uma... uma visibilidade no exterior, mas eu não tiro a identidade, até porque minha revista ela é [de uma instituição] nacional, então, seria uma incoerência muito grande da minha parte, como editora-chefe da revista tirar a língua portuguesa, tirar nossa nacionalidade.

O idioma inglês é considerado um discurso dominante no campo (Alcadipani, 2017; Rossoni, 2018a). Porém, nas entrevistas foi possível constatar disputas simbólicas para a mudança desse *doxa* (visão dominante), ao menos no contexto nacional. A editora de revista B2 não concorda com as revistas publicando apenas em inglês, para ela: “essa coisa [...] de... é de fazer só em inglês tá subtendendo que todas as... que todo mundo deveria ler super bem o inglês, né, enquanto você vê, né, que no Brasil não é todo mundo que lê. Isso eu acho que também traz um distanciamento é... da própria é... área afim [...]” (Entrevistada 7). O entrevistado 8, concordando, explica: “No caso da [revista] ela vai continuar sendo em português, enquanto ela não for proibida de ser em português, ela vai continuar em português.

Nós não temos ambição e nem interesse em ser... sermos internacional, deixa isso [...] para outras revistas [...].”

No entanto, os editores de periódico A2 são favoráveis à publicação em inglês. Nas palavras deles: “[...] não tem pra onde correr, infelizmente [...]” (Entrevistado 9) e “[...] é fazer ou morrer, né [...]” (Entrevistada 10). Esse foco em internacionalização já é prejudicial para a produção do campo acadêmico-científico e tem impactado o campo editorial-científico na medida em que editores tentam aumentar o FI, através de estratégias que não funcionam adequadamente (Rossoni, 2018a). Sobre isso, o entrevistado 8 afirma o seguinte: “[...] essa regra dessa... desse mito da internacionalização ela acaba canibalizando aquilo que a gente tem de melhor às vezes [...]. Você não vai estar internacionalizando a produção nacional por meio de periódicos nacionais, não faz muito sentido ao meu ver [...]”.

O FI como capital simbólico específico liga-se ao argumento da internacionalização que tem como resultado o reconhecimento. Poucas revistas no campo de Administração aderiram à parceria com editoras comerciais e à publicação exclusiva em inglês. Os editores de periódicos A2 concordam com as editoras comerciais e com a publicação em inglês. Já, entre os editores de periódicos classificados com *Qualis* B1, B2 e B3 não há um consenso. Mas é importante notar que as práticas de internacionalização são instituídas pelo próprio campo, através da Capes, pela influência das editoras e dos indexadores comerciais. São essas práticas que constituem disposições duráveis (*habitus*) e que estruturam o campo. Entretanto, alguns editores podem usar de estratégias para subverter ou conservar o valor dessas práticas (capital) em jogo.

A posição do editor no campo editorial-científico e os capitais em jogo

O editor tem posição de dominante no campo editorial-científico, quando se analisa os agentes inseridos diretamente no processo editorial. Além disso, o editor como pesquisador disputa por capital simbólico e, por isso, pode assumir a editoração de revistas científicas. Isto é, pelo reconhecimento do campo. Essa relação se torna mais perceptível quando os editores entrevistados, em sua maioria, concordam que o interesse do docente em atuar como editor é pela intenção na posição e no reconhecimento atribuído pelo campo (Bourdieu, 1983).

Nas palavras do entrevistado 11, editor de revista B3, ser editor “[...] dá um certo reconhecimento a mais, assim, né... de entrar no lattes, aquela coisa de produtivismo acadêmico, então, acaba pontuando um pouco a mais [...]”. Além do editor 11, outros 5 editores concordam que o interesse do pesquisador em se tornar editor está relacionado ao reconhecimento. O editor entrevistado 6, afirma que “[...] tem um lado, obviamente, de status profissional, né, quer dizer, você está comunicando, está mostrando ao mercado que você tem uma capacidade gerencial, que você tá... está jogando o jogo [...]”. O editor percebe que sua função está atrelada ao exercício do poder no campo editorial-científico, e isso pode se transformar em reconhecimento. Da mesma forma, o editor 8 explica que:

Sim, simbólico isso envolve prestígio. Então, normalmente, você ser editor é uma posição de prestígio, e quanto melhor o periódico é posicionado no

Qualis, no campo, mais bem visto você é. Então, querendo ou não, ser editor de periódico é uma função de status, uma função de prestígio e isso alavanca alguns capitais. As pessoas se aproximam, as pessoas barganham com você, alguns oferecem favores.

Outros editores atribuem ao interesse do docente em atuar na editorial o capital econômico. Para a entrevistada 10, “se você olhar, por exemplo, pra conseguir bolsa produtividade, ser editor... eu acho que conta, né”. Confirmando, o editor 8 relata que “[...] algumas instituições pagam pro editor ser editor, então, há também uma recompensa financeira [...]”. Para o entrevistado 6, “[...] tem um interesse sim em termos de progressão, né, de carreira dentro da universidade”.

Além disso, nas entrevistas, observou-se a forma como o capital cultural e o social são abordados pelos participantes. Segundo Bourdieu (2007b, 2007c), o capital cultural é representado pelo somatório de diplomas, cursos, conhecimento de artes, isto é, qualificações culturais, acadêmicas e, nesse caso, científicas. O mesmo autor se refere ao capital social como uma rede de relações que pode beneficiar o agente no jogo. É possível perceber nas entrevistas algumas falas que apontam para uma ligação entre os dois tipos de capitais, como no relato do entrevistado 8:

E querendo ou não ser editor te dá acesso a algumas comunidades que são específicas, a gente não tem ainda isso muito disseminado, eu tenho interesse que isso seja resgatado novamente aqui no Brasil, que é a comunidade de editores falando de editores. É legal, as trocas são interessantes, os editores insistem muito em ensinar e quando você está com eles você aprende muito no processo, e um ajuda o outro [...].

Essa troca entre relacionamento e conhecimento, apontada pelo entrevistado 8, também motiva algumas manobras. Nas palavras do entrevistado 6, “[...] você acaba tendo a possibilidade de abrir portas aí pra alunos, pra colegas, não na tua revista, né, na revista que tu tá gerindo, mas, em outras, né, de conhecer esses meandros dos fast tracks melhor”.

As relações que emergem da rede de relacionamentos que permeia o trabalho de editor são mencionadas por outros entrevistados. A entrevistada 2 relata que faz parte de “[...] um grupo muito específico da área [...]” e que por esse motivo “[...] acaba conhecendo muita gente [...]”. E a entrevistada 10 menciona, além das relações oriundas do trabalho como editora em si, a possibilidade de ampliar o conhecimento, já que “[...] você vai conhecendo as pessoas, vai abrindo um pouco perspectiva de pesquisa, você vai conhecendo o trabalho de outras pessoas, é muito bom, eu acho que é muito enriquecedor, né. Eu acho legal...”. Além disso, a função de editor também pode facilitar ao pesquisador encontrar “novos jogadores” e alcançar determinados acessos. O entrevistado 6 atribui à função de editor sua busca por maior inserção e relacionamentos dentro do campo, visto que ele não faz parte da mesma área que muitos dos editores de periódicos da Administração.

Em relação à captação e à transmissão do conhecimento, quatro dos onze entrevistados relatam o interesse em aprender com os artigos submetidos aos seus periódicos por outros autores. O entrevistado 1 explica sua visão sobre o trabalho

como editor: “[...] traz uma grande vantagem, que eu tenho acesso às pesquisas que as pessoas estão desenvolvendo, né, então eu passo a ter uma visão mais ampla. [...] Então, com isso eu tenho muito ganho de conhecimento, e isso me ajuda muito nas orientações, por exemplo, de mestrado [...]”. Verifica-se, assim, que a captação de conhecimento é percebida pelos entrevistados como vantagem relacionada ao trabalho como editor. Essa captação se traduz em melhores orientações ou melhores artigos, de acordo com os próprios editores entrevistados.

Outros seis editores ainda relacionam sua função à transmissão de conhecimento. Isso ocorre, principalmente, quando os editores estão vinculados a periódicos de maior prestígio e contam com grande volume de capital científico acumulado (Mueller, 2006). A entrevistada 7 explica que entre os atributos dos editores está o de desempenhar “[...] um esforço de fazer que aquela pessoa [autores que submetem artigos aos periódicos] cresça e entenda o que é um bom artigo”. De forma semelhante, editor entrevistado 3 vincula seu papel mais ao desenvolvimento da área do que ao reconhecimento no campo:

[...] é um trabalho, muitas vezes, pensando em prol dos outros. E eu vou te falar, né, muitas vezes, é... de novo... não é um trabalho que tem que ser feito nem por dinheiro, nem por reconhecimento, mas, muito mais por satisfação, tá. Ah... mas tem que gente que reconhece? Não, tem gente que reconhece sim, mas, não é muito pelo controle de achar... de chegar em algum lugar e dizer “ah sou editor de revista x”, acontece, mas não é tão comum assim, então não acho que é isso que faz a gente fazer melhor, não. Eu acho que... é essa função de querer ajudar mesmo, querer desenvolver a área é... fazer o seu papel dentro do desenvolvimento da comunidade.

Em resumo, os interesses e as disputas presentes no jogo, que motivam o jogador a participar e estar naquele campo, levam o indivíduo a agir de determinada forma, mesmo que muitas vezes isso seja imperceptível (Bourdieu, 1996), como em sua busca por relações e na captação de conhecimentos.

As disputas por reconhecimento e seus reflexos na prática editorial

A prática editorial é repleta de normas, prazos e cobranças, sejam por meio das regras impostas pelas agências e indexadores, ou mesmo pelas cobranças dos autores. Como visto, os docentes se inserem na editoração na busca por capital científico, pois disputam a autoridade científica do campo (Bourdieu, 2004b). A prática editorial reflete uma contribuição efetiva com o avanço do conhecimento científico. Esse avanço pode levar o agente — seja ele editor, pesquisador, autor — a posições privilegiadas na hierarquia do campo. Assim, o que está em jogo é o reconhecimento do jogador, mesmo que pressupondo a contribuição com o avanço do campo. De acordo com Thiry-Cherques (2006, p. 40), “o direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento de seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras de jogo”, fazendo com que o editor conheça e se reconheça no jogo.

Como parte da estrutura do campo é importante observar as relações do editor com o campo acadêmico-científico, para então verificar como se dá o jogo que está instituído no campo. Em relação à estrutura editorial das revistas científicas, as

que apresentam prestígio no campo e que contam com capital específico, capital simbólico e capital econômico, tem uma estrutura editorial de apoio mais efetiva, isto é, capital social. Para Bourdieu (2004), os indivíduos dominantes no campo possuem todos os tipos de capitais. Assim, a editora entrevistada 2 afirma ter um editor adjunto que a auxilia,

[...] eu encaminho ao editor adjunto pra fazer o acompanhamento do artigo. Esse editor adjunto, ele atribui... ele atribui os artigos para no mínimo dois avaliadores e esses avaliadores ah... emitem seus pareceres, o editor adjunto ele tem autonomia de aceitar ou rejeitar o artigo na sua forma final, e ele encaminha pra mim.

Os editores entrevistados 5 e 11, ambos editores de revista classificada como B3, afirmam possuir uma equipe que lida com a parte mais técnica. Já o entrevistado 1 afirma lidar com todo o processo editorial, e o entrevistado 8 (editor de revista B1) cita algumas pessoas que o ajuda, mas grande parte está a seu cargo como editor-chefe. O editor de periódico B1 e entrevistado 3, e a entrevistada 7 (editora de revista B2) afirmam que possuem outro editor atuante na revista com quem dividem o trabalho e pessoas que ajudam em alguns processos.

Somente os entrevistados 4, 6, 9 e 10 afirmaram contar com os editores associados. Sendo que o editor entrevistado 4 atua em revista classificada como B1, o editor entrevistado 6 administra uma revista Qualis B3 e os editores entrevistados 9 e 10 atuam em revistas classificadas como A2. Assim, relata o editor entrevistado 4, “[...] se caem na mão dos editores associados, eu não preciso fazer mais nada, porque eles fazem tudo, levam até o final e se tiver aceito o artigo, a gente entra na parte de editoração [...]”. O editor entrevistado 6 afirma que participa do desk review e depois distribui a carga aos editores associados, e complementa: “[...] tem alguns artigos que eu chamo pra mim, né, e aí eu entro como gestor do processo de avaliação, né, que aí designo os pareceristas e acompanho lá na parte final [...]”.

Muitas revistas demonstram ter estrutura editorial, por causa da rede de relações do editor ou pelo reconhecimento que o editor tem no campo. Bourdieu (1983b) relata que o capital científico pode ser reconvertido; assim, a distinção no campo favorece à aquisição de outros tipos de capitais. Ou seja, a posse de capital simbólico no campo acadêmico-científico pode facilitar colaboração dessa rede de relações. O entrevistado 1, por exemplo, afirma que participa de todos os momentos do processo e não tem apoio, nem mesmo institucional.

[...] é quem faz a editoração sou eu, quem faz a diagramação sou eu... quem faz o desk review sou eu... quem faz as designações sou eu... da [revista]. A [outra revista] tem um apoio institucional, quem faz a diagramação é uma empresa [...], é... quem faz o desk review é... haviam dois professores trabalhando com isso é..., quem faz a designação, haviam dois professores trabalhando com isso... então, ela sempre foi a preferida da instituição, e ela ainda continua sendo a preferida da instituição.

Percebe-se que a colaboração entre os agentes e as instituições nem sempre acontece no campo editorial-científico, sendo que ela é importante para o crescimento

da revista científica. Nos demais relatos, percebe-se que muitos editores relatam que a instituição dispõe de equipe ou departamento para auxiliar o editor, mas também explicam a dificuldade de não possuir apoio na editoração e apoio financeiro de agências de fomento ou da instituição. Nota-se que a relação entre editor e instituição envolve, principalmente, capital econômico. Nas palavras da entrevistada 7 “[...] esse ano cortaram o pessoal, está com menos gente, [...] até 2 ou 3 anos atrás tinha revisão ortográfica, depois eles cortaram, então, é... mesmo sendo uma universidade privada, né, os recursos também são... são reduzidos, né [...]”.

A relação dos editores com a equipe editorial também tem uma variação, alguns relatam que tem uma relação próxima, outros afirmam que ela não contribui muito com a revista. Para a entrevistada 2: “É uma relação muito boa, eu escolhi quais são as pessoas que eu quero trabalhar, que eu gosto de trabalhar”. Já, nas palavras do editor entrevistado 5,

Muito próxima... bom, depende do que você chama demais membros da equipe editorial. Eu tenho duas ou três pessoas que me ajudam. [...] Então, com essas três pessoas eu lhe diria que minha relação é muito próxima, são pessoas que... a gente tem uma relação de solidariedade absoluta, não é! Muito gostoso estar nessa equipe. [...] É... tem um ou outro editor adjunto, conselheiro a que eu recorro eventualmente, em um artigo que eu estou indeciso e, principalmente, quando eu preciso de uma... um parecer com urgência, aí eu recorro a esses membros do conselho. Mas, é... pouco, tá nos meus planos também é... rever a constituição do conselho, porque é uma revista... ela tem mais ou menos 10 anos, ela começou junto com o programa que também tem mais ou menos essa idade, né, e quando ela começou a gente convidou pessoas de prestígio, com quem a gente tinha liberdade pra... pra convidar, mas acho que tinha mais ou menos implícito aí, de que não haveria muita solicitação de trabalho. Só que hoje acho que a revista tem um outro porte, uma outra visibilidade, um outro prestígio, eu acho que daria para convidar pessoas com não tanta visibilidade, mas mais dispostas a pôr a mão na massa. E eu estou pensando, seriamente, em fazer essa mudança.

Observa-se que a escolha dos membros do conselho editorial se deu por prestígio, de acordo com o editor entrevistado, o que demonstra que a distinção dos membros do conselho editorial é algo importante para o reconhecimento da revista no campo, fazendo com que seus membros tenham apenas uma relação cerimonial com a posição que ocupam, ou seja, não exercem, mas ganham o mérito por ela (Rossoni & Guarido-Filho, 2012).

Na maioria dos relatos, os agentes escolhidos para a equipe editorial têm uma relação de proximidade com os editores ou com o departamento no qual a revista está vinculada. Mas, a sua indicação depende também do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que cada agente vinculado por essa relação possui (Bourdieu, 2007c). No entanto, a posição do agente ou da revista sendo inferior resulta na dificuldade do editor-chefe em encontrar cooperação de agentes que integram o campo.

Em relação aos avaliadores, importa destacar que eles não recebem nenhum mérito, mesmo atuando para o desenvolvimento da comunicação científica. No máximo o avaliador pode acumular algum capital simbólico por estar vinculado à uma

revista de prestígio no campo. Para a entrevistada 2, “[...] o ponto nevrálgico de toda a editoração concentra-se no avaliador, não que eles não tenham responsabilidade, mas, como é uma atividade anônima, sem nenhuma valorização, acaba ficando em segundo plano [...]”. Da mesma forma, o entrevistado 3 relata que é

Muito difícil você conseguir avaliador hoje por vários motivos, primeiro porque é um trabalho voluntário, não é um trabalho fácil... não é um... a gente tá numa profissão bem multifacetada, tem se exigido do pesquisador uma série de atividades que são diferentes, né, é... tempo em sala de aula, publicação, dentre essas coisas também, avaliar artigo.

O entrevistado 4, editor de revista B1, relata o seguinte:

Acho que a maior dificuldade é conseguir artigo [...], no Brasil tem muita dificuldade para conseguir artigo é... Ninguém quer se dar ao trabalho de publicar em uma revista que vai dar a mesma pontuação, mas [...] vai dar mais trabalho pra publicar, porque a gente é mais exigente. Então, a gente tem uma política editorial diferente das outras revistas [da área], é o corpo de editores associados é bem maior que das outras revistas e a gente quase não usa pareceristas, no máximo um parecerista por artigo. A ideia é que todos os editores metam a mão na massa, leiam os papers e ensinem também as pessoas a fazerem papers. É... Existe uma grande dificuldade das pessoas entenderem como é que se escreve paper, o que é uma pasta de pesquisa e o que não é, então... a gente faz esse trabalho didático também.

Com exceção do entrevistado 8 que afirma não ter dificuldades com o processo de avaliação, todos os demais editores relataram isso como um problema relacionado ao seu trabalho. Assim, considera-se essa dificuldade dos editores em conseguir a colaboração dos avaliadores como resultado da falta de reconhecimento atribuído a esses agentes. Entretanto, em oposição aos avaliadores, é o prestígio dado aos autores pela publicação de pesquisas científicas que resulta em problemas como o produtivismo acadêmico e o plágio, relatados pelos editores na entrevista. Nas palavras do entrevistado 4:

Na verdade, no Brasil eu conheço alguns casos de plágio de artigo, basicamente, traduziram artigos internacionais e trocaram só a aplicação, mas é um plágio bem simples, de certa forma, porque foi um aluno que fez isso, mas eu acho inaceitável o professor que orientou o aluno não ter checado. [...] recentemente um dos editores associados pegou dois artigos submetidos para a [revista] que tinham o conteúdo de plágio, plágio no seu sentido amplo de você pegar frases inteiras e parágrafos, não o texto todo, obviamente, tinha material original, mas tinha uma... Plágio, nesse sentido mais amplo, né, de frases copiadas de muitos artigos, né, que nem essa tradução que tinha de um paper da [revista].

Além disso, a editora entrevistada 2 e o editor entrevistado 8 apresentam outros pontos de dificuldade na relação com os autores: “[...] a falta de atenção dos autores em relação à política editorial da revista. Então, não leem as exigências da revista,

submetem de qualquer jeito, não fazem uma boa revisão antes de mandar, então o índice de rejeição acaba sendo muito alto... muito alto [...]”. Segundo o entrevistado 8:

[...] ano passado foram 220 artigos, que passaram no desk reject foram... deve ter sido uns 20, então, muito poucos passam, ah é porque eu sou exigente? Não! Eu leio todos e analiso todos, então, tem alguns que não passam por problemas de formato, de plágio, porque é fora da área, mas, muitos não passam porque são extremamente deficientes.

Percebe-se, dessa forma, algumas práticas sendo modificadas pelos editores que reconhecem esses aspectos ou que percebem a falta de contribuição dos avaliadores. Já, os autores são tidos como o cerne de todo o processo, mas a pressão para a publicação, pode resultar no produtivismo acadêmico, o qual é uma prática do campo científico que serve, supostamente, para acelerar a obtenção de prestígio, estando, inclusive, atrelado ao plágio.

Na relação dos editores com os avaliadores e os autores se considera que a falta de reconhecimento pode direcionar o campo para a escassez de colaboração entre os agentes. Além disso, a obsessão pela busca de capital simbólico pode fazer com que práticas não coerentes com a estrutura do campo se manifestem. Tais possibilidades podem mudar práticas no campo editorial da comunicação científica, pois estão ligadas à sua estrutura.

Considerações finais

Nos estudos organizacionais e, mais especificamente, no campo de poder nas organizações, ainda são escassos trabalhos que tratam das relações sociais que envolvem a prática editorial, bem como, a influência das relações de poder. Nessa pesquisa buscou-se compreender o campo brasileiro de Administração como espaço de disputa que se manifestam por meio das relações de poder que envolvem a prática editorial, em perspectiva relacional através da Teoria de Campo Social de Pierre Bourdieu. Assim, algumas contribuições são elencadas:

A primeira contribuição destaca a mudança na estruturação do campo editorial-científico, por meio da perspectiva histórica. As revistas científicas que surgiram como espaços que difundiram o avanço do conhecimento científico, simbolizando prestígio e poder social, transformaram-se em artefatos de disputas por posições e reconhecimento no campo, além de serem enquadradas como mercadorias comercialmente lucrativas. A perspectiva histórica contribui para a compreensão da configuração do campo com base na influência do poder e interesses envolvidos no jogo editorial-científico.

A segunda contribuição dessa pesquisa trata da influência das agências de avaliação e fomento no jogo editorial-científico. Nesse sentido, revela-se a importância de se discutir e refletir sobre os interesses políticos e a influência da decisão na qualidade do que é produzido. Estudos anteriores observaram que o campo editorial-científico brasileiro de Administração é estruturado por agências de fomento e avaliação à ciência, que contam com normas técnicas que funcionam como poder simbólico entre os editores e pesquisadores (Alcadipani, 2011; Rossoni,

2018c; Teixeira et al., 2012). Assim, o presente artigo evidenciou que os pesquisadores se inserem no campo editorial-científico pela possibilidade de posse dos capitais em jogo, especialmente o capital simbólico. Nesse sentido, a pesquisa mostra que a dinâmica compreende o editor que disputa a autoridade científica enquanto pesquisador inserido no campo acadêmico-científico ao mesmo tempo em que luta pelo reconhecimento da revista. Esse reconhecimento da revista é considerado uma prática ou estratégia do agente com interesse e envolvimento com o jogo (Bourdieu, 1996). Jogo esse que conta com formuladores de regras como as agências de avaliação e fomento, e que são influenciadas pelo mercado internacional composto pelas editoras e indexadores comerciais (Goulart & Carvalho, 2008; Mueller, 2006; Pozzobon & Camargo, 2019; Rossoni, 2018a).

Nas entrevistas a disputa pela mudança na estruturação do campo que, atualmente, se submete à lógica produtivista (Alcadipani, 2011; Bauer & Darbilly, 2020; Pinheiro, 2013), por vezes, é revelada. Observamos que um grupo de editores afirma que modificam práticas, mostrando que nem sempre se submetem as regras desse jogo, como, por exemplo, os relatos de não submissão aos indexadores ou não observação dos indicadores de impacto, pelos debates sobre a publicação exclusiva em inglês ou sobre as editoras comerciais e, até mesmo, pelas modificações do processo de avaliação lutando para a maior qualidade dos artigos publicados.

Contudo, outros editores revelam um condicionamento às estruturas do campo, como um jogo que deve ser jogado, em um movimento que acontece pelo interesse do próprio jogador em busca de reconhecimento. Em favor desse reconhecimento, o editor passa a 'quebrar' as regras do jogo ou modificar práticas para alcançar posições mais elevadas, isso através de práticas, estratégias e interesses pessoais. Assim, as entrevistas apontam para a) busca exacerbada por seguir critérios das bases de dados; b) manipulação dos índices de impacto por meio da autocitação; c) na atuação do editor em várias etapas do processo editorial; d) na avaliação de artigos realizadas pelo editor ou na adaptação do processo de avaliação e; e) no privilégio dado a pesquisadores da rede de relações e a pesquisadores que tenham reconhecimento do campo. Essa 'quebra' das regras ou mudança de práticas é, por vezes, naturalizada, o que pode ser interpretado como *habitus*, pois são 'estruturas estruturantes' (Bourdieu, 2007a).

Nesse sentido, a terceira contribuição dessa pesquisa é a de entender que a influência na prática editorial não se limita ao poder externo que parte das agências, indexadores e editoras comerciais, mas também vem do poder interno. Os editores tem poder de decisão sobre o artigo, podendo oferecer privilégios a outros pesquisadores. Mas, concordando com Pinheiro (2013), os agentes inseridos no campo também estabelecem as regras do jogo e quando inseridos em agências de avaliação e fomento podem agir em prol de interesses políticos. A luta pelo alvo do jogo nem sempre reflete no avanço do conhecimento científico. Isso é perceptível, inclusive, pela perspectiva histórica que demonstra que o alvo é ascensão no campo, o que não é errado, mas torna o conhecimento científico estagnado.

Ressalta-se a importância da reflexão sobre a internacionalização, as publicações em inglês, a parceria com editoras comerciais (que cobram pelo acesso aos artigos) e entender que são práticas e estratégias que buscam o reconhecimento no interior do

campo, mas que limitam o conhecimento científico ao próprio campo que o produz (e por vezes nem isso). Este artigo não pretende se tornar a verdade sobre esse espaço, mas espera-se que sirva como base para interpretação e posicionamento frente às práticas dos pesquisadores e editores. É possível avançar nas discussões e articular as contribuições apresentadas com outras perspectivas teóricas.

Ser um editor ou pesquisador reconhecido pode ser possível sem ter que se valer de práticas não legitimadas publicamente no campo editorial-científico. Mesmo sem as condições necessárias para seguir as regras impostas pelos jogadores em posição hierarquicamente superior, a luta pela sua subversão deve ser coerente com o jogo, afinal, não se chuta a bola em um jogo de tênis. Da mesma forma, não existe um debate acadêmico relevante e fundamentado com o aceite de artigos científicos tendo como única pretensão a de melhor classificação da revista. O ponto fundamental é não se submeter à lógica do produtivismo que também tem afetado o campo editorial.

Referências

- Alcadipani, R. (2017). Periódicos brasileiros em inglês: a mímica do publish or perish “global”. *Rev. Adm. Empresas*, 57(4), 405-411.
- Alcadipani, R. (2011). Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 1174-1178.
- Arosón, J. (1995). A pragmatic view of thematic analysis. *The Qualitative Report*, 2(1), 1-3.
- Bauer, A. P. M., & Darbilly, L. V. C. (2020). Poder, conflitos e as transformações na academia: uma análise do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro a partir da abordagem de Pierre Bourdieu. *Revista Capital Científico Eletrônica (RCC-e)*, 18(1), 98-116.
- Bourdieu, P. (2007a). *A Distinção* (pp. 560). Porto Alegre, RS: Zouk.
- Bourdieu, P. (2004a). *Coisas ditas* (pp. 234). São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2007b). O capital social: notas provisórias. In M. A. Nogueira & A. Catani (orgs.). *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação* (9ª ed., pp. 251), Rio de Janeiro: Vozes.
- Bourdieu, P. (2000). *O poder simbólico* (pp. 311). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Bourdieu, P. (2007c). Os três estados do Capital cultural. In M. A. Nogueira &, A. Catani (Orgs.). *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação* (9ª ed., pp. 251), Rio de Janeiro: Vozes.
- Bourdieu, P. (2004b). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (pp. 86). São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de Sociologia* (pp. 208). Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas* (pp. 224). São Paulo: Papirus.
- Braun, V. &, Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Journal Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Brulon, V. (2013). Transpondo Bourdieu para as organizações: um convite à sociologia reflexiva em estudos organizacionais. *XXXVII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro.
- Dong, P., Loh, M. &, Mondry, A. (2005). The "impact factor" revisited. *Biomedical Digital Libraries*, 2(7), 1-8.
- Emirbayer, M., & Johson, V. (2008). Bourdieu and Organizational Analysis. *Theory and Society*, 31, 1-44.
- Freitas, M. H. (2006). Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ci. Inf.*, Brasília, 35(3), 54-66.
- Fyfe, A. (2015). Journals, learned societies and money: philosophical transactions, CA. 1750-1900. *Notes Rec.*, 69(3), 277-299.
- Fyfe, A., Coate, K., Curry, S., Lawson, S., Moxham, N., & Rostvik, C. M. (2017). *Untangling academic publishing: a history of the relationship between commercial interests, academic prestige and the circulation of research*. University of St Andrews. Recuperado em: 15 jun. 2023 de <https://abdn.pure.elsevier.com/en/publications/untangling-academic-publishing-a-history-of-the-relationship-betw>
- Garfield, E. (1955). Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. *Science*, 122(3159), 108-111.

- Goulart, S., & Carvalho, C. A. (2008). O caráter da internacionalização da produção científica e sua acessibilidade restrita. *RAC*, Curitiba, 12(3), 835-853.
- Grančay, M., Vveinhardt, J., & Šumilo, Ě. (2017). Publish or perish: how Central and Eastern European economists have dealt with the ever-increasing academic publishing requirements 2000-2015. *Scientometrics*, 111(3), 1813-1837.
- Hagner, M. (2018). Open access, data capitalism and academic publishing. *Swiss Med Wkly*, (148), 1-8.
- Harnard, S., Brody, T., Vallières, F., Carr, L., Hitchcock, S., Gingras, Y., Oppenheim, C., Hajjem, C., & Hilf, E. R. (2008). The access/impact problem and the green and gold roads to open access: an update. *Serials Review*, 34(1), 36-40.
- Larivière, V., Haustein, S., & Mongeon, P. (2015). The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLoS ONE*, 10(6), 1-15.
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica* (pp. 268). Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- Mueller, S. P. M. (2006). A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência Inf.*, Brasília, 35(2), 27-38.
- Mueller, S. P. M. (2000). O periódico científico. In B. S. Campello, B. V. Cedón, & J. M. Kremer (org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (pp. 319). Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Oppenheimer, J. (1983). Gentlemen of Science: early years of the British Association for the advancement of Science. *The Quartely Review of Biology*, (58), 408-409.
- Pinheiro, D. M. (2013). *Vida e trabalho do professor pesquisador em Administração no Sul do Brasil: uma análise com base na Sociologia da Ciência* (pp. 267). Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Pozzobon, A. P. B., & Camargo, G. A. (2019). A participação de editoras privadas em periódicos científicos brasileiros: uma visão sobre o gerenciamento privado de publicações acadêmicas. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 9(2), 225-244.

Rossoni, L. (2018a). Editorial: em defesa das publicações em português. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(3), I-XIII.

Rossoni, L. (2018b). Editorial: O Spell reduziu o efeito Mateus na citação de periódicos. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(1), I-VIII.

Rossoni, L. (2018c). Editorial: produtivismo e coautoria cerimonial. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(2), I-VIII.

Rossoni, L., & Guarido Filho, E. R. (2012). Onipresença nos conselhos editoriais: prestígio e cerimonialismo na atividade científica. *REDES - Revista hispana para el analisis de redes sociales*, 22(8), 189-218.

Swartz, D. L. (2008). Bringing Bourdieu's Master Concepts into organizational analysis. *Theory and Society*, 37(1), 45-52.

Teixeira, J. C., Oliveira, P. G., Tavares, N. V., Carrieri, A. P., & Cappelle, M. C. A. (2012). Dinâmica de distribuição de fontes de capitais científicos entre docentes /pesquisadores de um programa de pós-graduação *Stricto-Sensu* de uma universidade pública. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, 17(1), 179-206.

Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40(1), 27-55.

Tonelli, M. J. (2018). Revistas científicas em Administração: O papel histórico da Revista de Administração de Empresas (RAE) na construção do campo acadêmico em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 16 (Edição Especial), 509-515.

Tonelli, M. J. (2017). The foundation of the academic field in Business and Administration in Brazil: the case of RAUSP (Special Invited Paper). *RAUSP*, 52(4), 359-362.

Walker, T. J. (1997). The electronic future of scientific journals. *American Entomologist*, (1ª versão). Recuperado em: 14 jun. 2022 de: <https://entnemdept.ufl.edu/walker/aedraft.htm>

Walker, T. J. (1998). The future of scientific journals: free access or pay per view?. *American Entomologist*, 44(3), 135-138.